

O ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR E A PRÁTICA DO GESTOR

Gisele do Rocio Cordeiro

Luis Fernando Lopes

RESUMO

A pesquisa tem o intuito de contribuir com a discussão sobre o papel do gestor na permanência dos alunos no Ensino Superior. Para tratar deste assunto abordam-se as políticas de acesso ao Ensino Superior para as instituições privadas tais como: (Programa Universidade para Todos (Prouni) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). No que se refere à metodologia empregada toma por base três frentes de estudos para elaboração da pesquisa. A primeira tem como referência a literatura produzida sobre o campo da educação superior, como Censo da Educação Superior, e o IBGE, com a Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (PNAD), que permitem um acompanhamento da evolução do acesso à Educação Superior com base em taxas de escolaridade, número de matrículas, relação de ingressantes e concluintes e evolução de matrículas. A segunda base, discute sobre os Programas de Acesso ao Ensino Superior para as Instituições Privadas. Por fim, apresenta-se a importância do papel do gestor escolar na permanência do aluno no Ensino Superior.

Palavras-Chave: Gestão, Permanência no Ensino Superior, Ensino Superior.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste *pôster* é a partir do contexto atual destacar a importância do gestor educacional frente a problemática do acesso e permanência do aluno do Ensino Superior.

Para tratar deste assunto precisamos abordar as políticas de acesso ao Ensino Superior, tais como as iniciativas governamentais nas instituições privadas: (Programa Universidade para Todos (Prouni) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), tais programas têm a intenção de ampliar as possibilidades de acesso dos jovens à Educação Superior, motivo pelo qual se faz importante sua avaliação com a finalidade de conhecer seu impacto na realização desse objetivo.

Conforme Gisi e Ens (2015, p. 183) embora existam iniciativas governamentais que contemplam a ampliação de vagas nas instituições de Educação Superior, o país ainda se encontra distante de possuir um sistema de Educação Superior democratizado.

A metodologia empregada toma por base três frentes de estudos para elaboração da pesquisa. A primeira tem como referência a literatura produzida sobre o campo da educação superior, como Censo da Educação Superior, e o IBGE, com a Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (PNAD), que permitem um acompanhamento da evolução do acesso à Educação Superior com base em taxas de escolaridade, número de matrículas, relação de

ingressantes e concluintes e evolução de matrículas no decorrer dos nos pesquisados. A segunda base, discute sobre os Programas de Acesso ao Ensino Superior para as Instituições Privadas. E a terceira base, apresenta-se a importância do papel do gestor escolar na permanência do aluno no Ensino Superior.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 LEGISLAÇÃO

O Plano Nacional de Educação (PNE) é uma lei ordinária com vigência de dez anos a partir de 26/06/2014, prevista no artigo 214 da Constituição Federal. Ele estabelece diretrizes, metas e estratégias de concretização no campo da Educação.

Conforme Gisi, Hanhart e Filipak (2015, p.113) no que se refere especificamente ao acesso ao Ensino Superior,

há um grande avanço com o novo Plano Nacional de Educação, que contempla duas metas sobre a graduação e uma meta para a pós-graduação *Stricto Sensu*, que não somente propõem a ampliação do acesso, mas se referem à qualidade da Educação Superior.

A seguir a meta que se refere ao acesso a Graduação:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público).

Expandir o acesso ao Ensino Superior é um grande desafio para aumentar a escolaridade média da população. Promover a interiorização das instituições, aumentar o número de vagas e criar mecanismos de inclusão de populações marginalizadas são algumas medidas que devem ser desenvolvidas para que a meta seja atingida.

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.

Um dos passos mais importantes para garantir um Ensino Superior de qualidade é ter um bom quadro de profissionais dando aulas. Aumentar a quantidade de mestres e doutores

dando aula nas universidades e faculdades brasileiras, inclusive no setor privado, é um desafio para garantirmos o melhor aprendizado para os alunos.

O total de alunos na educação superior brasileira chegou a 7,3 milhões em 2013, quase 300 mil matrículas acima do registrado no ano anterior. No período 2012-2013, as matrículas cresceram 3,8%, sendo 1,9% na rede pública e 4,5% na rede privada. (INEP, 2014).

Observa-se, ainda uma diferença acentuada na relação entre ingressantes e concluintes, demonstrando significativamente evasão.

Como se pode observar na tabela a seguir:

Tabela 1 – Número de Cursos, matrículas, concluintes e ingressos na educação superior, 2013

Ano	Total Geral: Graduação e Sequencial			
	Cursos	Matrículas	Concluintes	Ingressos
2003	17.380	3.989.366	554.230	1.591.654
2004	19.592	4.278.133	652.560	1.682.419
2005	21.459	4.626.740	756.911	1.851.255
2006	23.257	4.944.877	784.218	1.998.163
2007	24.653	5.302.373	806.419	2.165.103
2008	26.059	5.843.322	885.586	2.360.035
2009	28.966	5.985.873	967.558	2.081.382
2010	29.737	6.407.733	980.662	2.196.822
2011	30.616	6.765.540	1.022.711	2.359.409
2012	30.050	7.058.084	1.056.069	2.756.773
2013	32.197	7.322.964	994.812	2.749.803

Fonte: MEC/INEP, 2013.

Mesmo com o grande crescimento que houve em 11 anos (2003-2013), as matrículas na Educação Superior ainda está abaixo do que prevê a meta do Plano Nacional de Educação (PNE), pois não atingiu, sequer os 30% em relação à população na faixa de 18 a 24 anos, neste nível de ensino.

2.2 PROGRAMAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Como apoio à manutenção na Educação Superior cabe destacar neste *pôster* o Prouni e o Fies nas Instituições privadas. O Prouni foi instituído oficialmente com a Lei 11.096 e o Decreto 5.493. Concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), em instituições privadas de ensino superior, em cursos de

graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior (BRASIL, 2014).

Gisi, Hanhart e Filipak (2015, p.119) salientam que, em relação ao Prouni, desde a sua implantação, “houve um aumento de mais de 100% na oferta das bolsas e ainda não é o suficiente para atender à demanda do ensino superior”.

Outro programa de acesso ao Ensino Superior destinado aos alunos das instituições privadas é o FIES, que nasce em substituição ao Crédito Educativo, que foi extinto. Ele é um programa do Ministério da Educação, operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e destinado a financiar prioritariamente estudantes de cursos de graduação.

“O FIES e o PROUNI já respondem por 31% do total das vagas em universidades privadas, representando 1,66 milhão de estudantes do total de 5,34 milhões matriculados em cursos presenciais em instituições privadas, em 2013” (GISI, HANHART e FILIPAK, 2015, p.119).

2.3 O PAPEL DO GESTOR NA PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR

Cabe destacar aqui o papel essencial do gestor educacional no ensino superior, que a partir da gestão de setor ou de Curso também contribui significativamente para todo o processo de permanência no Ensino Superior.

Considerando o contexto atual, percebemos que o gestor mais do que atender pedagogicamente seu curso, precisa se preocupar com as demais questões que envolvem a permanência dos alunos no Ensino Superior. Precisa estar a par dos dados que mostram a quantidade de alunos que entraram no seu curso e do percentual de evasão do mesmo. Precisa se inteirar dos motivos da evasão para que possa propor estratégias, ações que sejam tomadas no sentido de resgatar esses alunos. O gestor precisa utilizar-se de estratégias, de posicionamento.

Com a implementação dos Programas de acesso ao Ensino Superior oferecidos pelo governo observamos que, um público diferente chega hoje ao ensino superior brasileiro. Trata-se de um novo perfil de aluno, de origem social mais baixa, com limitadíssima capacidade de pagamento, deficiência em sua formação acadêmica e com novas demandas. Assim é papel do gestor analisar o perfil do aluno e desenvolver estratégias procurando atender suas necessidades.

Desta forma, o gestor necessita monitorar, de forma permanente, o ambiente interno e externo com objetivo de propor estratégias que facilitem a permanência dos alunos no ensino superior. Pois, observamos que os principais fatores de evasão no ensino superior brasileiro estão relacionados a uma conjugação de diversos fatores ligados a problemas financeiros, de adaptação, incompatibilidade de horário de trabalho com estudos, falta de pertença a Instituição entre outros.

O gestor precisa utilizar-se de planejamento, um planejamento para orientar as ações, integrar os esforços e recursos visando à construção do futuro desejado. Por isso, o planejamento é um processo importante e indispensável às instituições de ensino superior, quer por seu sentido racional, quer por seu sentido político, ou mesmo por seu sentido simbólico (MEYER; LOPES, 2003). O planejamento busca integrar os diversos personagens da vida escolar – alunos, professores e gestor educacional – envolvendo, assim, todos os interessados nesse processo. O planejamento para uma IES é meio e não fim em si mesmo.

Somente um gestor com um perfil profissional adequado terá condições de lidar com os novos desafios que enfrentam as Instituições de Ensino Superior diante de um contexto de mudanças e dos desafios propostos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos importantes incentivos dos programas de financiamentos governamentais para os alunos do setor privado, em especial o FIES e o PROUNI, é sabido que a população capaz de fazer frente aos custos de cursos universitários, praticamente, já estava sendo atendida, e fica cada vez mais clara a necessidade de aumento das formas de apoiar o aluno academicamente capaz, mas sem condições financeiras de cursar o nível universitário privado, ou mesmo público.

Surge a necessidade do gestor de uma IES aprimorar seus conhecimentos e desenvolver competências para lidar com as ferramentas de gestão moderna para apresentar estratégias de atendimento aos alunos.

Os gestores universitários necessitam saber adequar objetivos, recursos, capacidade instalada e identificar as oportunidades para atuar estrategicamente perante a evasão, pois é, um dos principais desafios a serem enfrentados pelos gestores das instituições privadas de ensino superior nesse início de século.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. Lei n.11096/2005. Institui o Programa Universidade para todos – PROUNI. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 18 set.2014.

GISI, M. L.; ENS, R. T. Políticas de acesso à Educação Superior: por que avaliar? **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 15, n. 44, p. 173-193, jan./abr. 2015.

GISI, M. L.; HANHART, S.; FILIPAK, S. As políticas de Educação Superior e as possibilidades da democratização ao acesso. In: MIGUEL, M. E. B.; FERREIRA, J. de L. (Orgs). **Formação de Professores: história, políticas educacionais e práticas pedagógicas**. Curitiba: Appris, 2015.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2013. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: abr. 2014.

MEYER JR., V. ;LOPES, M. C. B. Planejamento Formal: mito e realidade. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO E III CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 21., Recife, 2003. Anais... Recife: ANPAE, 2003. p. 10-20.

PORTER, Michael. A nova era da estratégia. In: _____ . Estratégia e planejamento. São Paulo,SP: Publifolha, 2002.